

Campos defende desindexação já

São Paulo — Uma desindexação imediata e total e um “gerenciamento suave” para a correção da taxa de câmbio. Essa é a receita do ex-ministro do Planejamento e atual deputado federal pelo PPR carioca, Roberto Campos, para as próximas semanas do Plano Real. O gerenciamento suave defendido por Campos pressupõe o fim de qualquer intervenção abrupta do Banco Central no mercado de câmbio e um afrouxamento da atual taxa cambial até o limite da paridade com o dólar.

Campos diz que o Governo começou a atual política de bandas cambiais de forma errada. “A equipe deveria ter adotado uma banda mais larga, com R\$ 0,86 de limite inferior e a paridade com o dólar como limite superior”, ponderou Campos, antes de uma palestra sobre as perspectivas do Brasil para o próximo milênio, proferida para cerca de 300 clientes do banco Banorte. “A perspectiva de paridade é crível, mas é artificial imaginar o real valendo mais que o dólar”, argumentou. O BC, segundo ele, não deve mais intervir no mercado comprando e vendendo dólar. “O Governo não deve contrariar o mercado e comprometer as reservas”, insistiu.

Campos defendeu o “fim do monopólio” do câmbio e considerou uma alternativa positiva as me-

didadas de restrição ao ingresso de capital estrangeiro de curto prazo, a exemplo da “quarentena” adotada pelo Chile. “A excessiva apreciação do real é um dos erros do Plano”, avaliou, durante sua palestra.

A desindexação já e definitiva da economia é outra medida urgente, na avaliação de Campos. “O Brasil tem tradição de perpetuar políticas de transição”, observou o economista, descartando um processo gradual. Para ele, o País prescinde de leis salariais. “Quase 55% da mão-de-obra já está na economia informal e as correções do funcionalismo se regem pelo orçamento e não por leis salariais”, lembrou, dizendo que não faz sentido impor uma mesma regra para diferentes empresas. “É a mesma coisa que obrigar todos os empresários a calçarem um mesmo número de sapato”, ironizou.

Campos acredita em uma mudança lenta da taxa de juros com a troca de comando no Banco Central. Para ele, o Governo dependia de três sinais para iniciar o processo de redução: reversão da tendência dos déficits comerciais (que interferem na balança de pagamentos), desaquecimento da economia e início das reformas constitucionais. Esses três elementos, segundo ele, já começaram a ser delineados, mas os sinais ainda são tímidos.